



ARTIGO

DEVE-SE TRADUZIR O PRECONCEITO? UMA REFLEXÃO SOBRE A ÉTICA NO ATO TRADUTÓRIO A PARTIR DA TRADUÇÃO DE *LA JANGADA*, DE JÚLIO VERNE

Elisa Fernandes Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
elisafrod@gmail.com

Julia dos Santos Ferverza

Université de Strasbourg (UNISTRA), França
juliaferenza@gmail.com

Patrícia Chittoni Ramos Reuillard

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
patricia.ramos@ufrgs.br

DOI: <https://doi.org/10.26512/caleidoscopio.v3i2.26455>

Recebido em: 22/03/2018

Aceito em: 04/11/2019

Publicado em dezembro de 2019

RESUMO: Este trabalho parte da tradução do romance *La Jangada* (1881), de Júlio Verne, e tem por objetivo principal propor uma reflexão acerca das questões éticas envolvidas na tradução de um texto possivelmente compreendido como preconceituoso quando lido pelo público-alvo da tradução. Entendemos que a resposta à questão “Deve-se traduzir o preconceito?” depende de diversos fatores, tais como o propósito e o público-alvo da tradução. Compartilhamos a visão de ética da tradução de Pym (2012) e nos valem dos conceitos de responsabilidade (PYM, 2012) e de lealdade (NORD, 2016) para buscar uma compreensão de tradução ética. Apresentamos alguns trechos do livro traduzido que ilustram esse embate e discutimos a pertinência das diversas possibilidades de tradução.

Palavras-chave: *Tradução literária. Tradução e ética. Ética. Júlio Verne.*

SHOULD PREJUDICE BE TRANSLATED? A REFLECTION ON THE ETHICS IN THE ACT OF TRANSLATION BASED ON THE TRANSLATION OF JULES VERNE'S *LA JANGADA*

ABSTRACT: This article is based on a translation project of Jules Verne's novel *La Jangada* (1881), aiming to propose a reflection on the ethical issues involved in the translation of a text that can be misconstrued as prejudiced from the point of view of its target audience. We understand that the answer to the question “Should prejudice be translated?” depends on many factors, including the purpose and the target audience of the translation. We



borrow Pym's (2012) view on the ethics of translation. We also draw on Pym's (2012) concept of responsibility, as well as Nord's (2016) definition of loyalty, in order to attempt to understand what an ethical translation means. Some excerpts of the translated novel are presented to highlight this issue and to discuss the relevance of the translation possibilities.

Keywords: *Literary translation. Translation and ethics. Ethics. Jules Verne.*

Introdução

Este artigo se apresenta como relato de processo e como desdobramento teórico do projeto de tradução do romance de Júlio Verne *La Jangada: huit cents lieues sur l'Amazone* (1881). O projeto, que teve início no final de 2013, foi desenvolvido no curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e orientado por "Autor 3". O livro traduzido, cuja proposta de título foi *A Jangada: 800 léguas pelo Amazonas*, será publicado pela editora L&PM.

O romance se passa em 1852, na Amazônia, e parte de um mistério a ser desvendado já no primeiro capítulo no livro: uma mensagem codificada, nas mãos de um capitão do mato chamado Torrès, precisa ser decifrada, pois contém um segredo acerca do passado de Joan Garral. Joan é um brasileiro que vive em Iquitos, no Peru, com a esposa e os dois filhos. Fazendeiro bem-sucedido, é surpreendido pela notícia do casamento da filha, Minha Garral, com o brasileiro Manoel Valdez. O casamento ocorrerá no Brasil, em Belém, onde vive a mãe do genro. No entanto, Joan teme secretamente retornar ao país, pois fugiu de lá por ter sido acusado de assassinato e de roubo de diamantes e condenado à pena de morte. Inicialmente relutante, sem retornar à terra natal desde que escapou da condenação à forca, decide acompanhar a família com o secreto objetivo de pedir a revisão de sua sentença. Assim, Garral arquiteta um projeto para poder levar consigo grande parte de sua vida na viagem: manda construir uma gigantesca Jangada, que dá origem ao nome da obra e que consiste em uma verdadeira aldeia flutuante, onde leva suas casas e seus escravos, para se deslocar de Iquitos a Belém, descendo o rio Amazonas.

La Jangada foi publicada pela primeira vez como folhetim no *Magasin d'éducation et de récréation*, em 1881 (LEÃO, 2012). No mesmo ano, saiu a edição definitiva em dois volumes pela *Bibliothèque d'éducation et de récréation*, do editor parisiense Pierre-Jules Hetzel (RIAUEDEL, 1992). A obra foi traduzida no Brasil pela primeira vez pela livraria de



Baptiste-Louis Garnier, também em 1881 (LEÃO, 2012). Faz parte do conjunto de 62 romances e 18 contos que compõem as *Viagens extraordinárias*. A conhecida coleção conta com clássicos como *Cinco semanas em um balão* (1863), *Viagem ao centro da terra* (1864), *Da terra à lua* (1865), *Vinte mil léguas submarinas* (1869) e *A volta ao mundo em 80 dias* (1872), que formaram gerações de leitores tanto na França quanto, graças às suas traduções, no Brasil.

As obras que compõem as *Viagens extraordinárias* são histórias de aventuras em terras distantes, construídas a partir de pesquisas em geografia e estudo de relatos e viajantes. Para escrever *La Jangada*, sabe-se que Verne recorreu a fontes como o *Bulletin de la Société de Géographie de Paris* (LEÃO, 2012) e relatos de viajantes como Humboldt, Marcoy, Keller-Leuzinger, Agassiz, Émile Carrey e La Condamine (RIAUDEL, 1992). Segundo os estudos de Leão (2012) e Riaudel (1992), esses esforços de documenta o e descri o se inserem em um projeto enciclopédico de Verne e de Hetzel de difundir o conhecimento, despertando o interesse dos jovens pela ciência e pela cultura através da literatura. Isso se apresenta na obra por nós traduzida na forma de descri es detalhadas das aldeias, da geografia, da fauna e da flora da região, o que   muito interessante, considerando que Verne nunca veio   América do Sul.

A ideia da tradu o desta obra partiu da sugestão de Agn s Marcetteau, diretora da Biblioteca Municipal de Nantes e do Museu Jules Verne, que, em visita   UFRGS para uma palestra sobre Júlio Verne em 2013, observou que a obra *La Jangada*, embora se passasse no Brasil e já tivesse sido traduzida para o português anteriormente¹, não encontrava tradu o atual disponível no mercado, missão que acreditava que deveria ser encarada.

Desse modo, a retradu o de *La Jangada* se justificava pela ausência de tradu es do livro no mercado e, principalmente, porque, assim como Marcetteau, acreditávamos ser importante que o público brasileiro tivesse acesso a essa obra, que revela o imaginário do autor sobre o Brasil e sobre o Novo Mundo, como ficou conhecido o continente americano após o século XV.

¹ H  uma tradu o de 1966, feita por Vieira Neto e publicada pela extinta editora Matos Peixoto, e outra de 2003, feita por Maria Alice Araripe de Sampaio D ria e publicada pela editora Planeta, com edi o esgotada. Encontramos também tradu es publicadas pelas editoras Saraiva, Francisco Alves e Paulo de Azevedo, mas as informa es acerca dessas antigas edi es são escassas.



Esse processo de tradução provocou uma série de reflexões envolvendo diversos temas, como o tratamento da terminologia no texto literário e a tradução de textos cifrados, como os criptogramas. Aqui compartilharemos uma dessas reflexões — a questão da ética na tradução —, desencadeada pela presença de passagens potencialmente consideradas racistas, machistas e eurocêntricas na atualidade. Ao longo do processo de tradução, nós nos interrogamos sobre o papel do tradutor frente a um texto distanciado temporalmente que reflete uma visão de mundo que vai de encontro aos nossos valores individuais e sociais contemporâneos.

Longe de ser uma manifestação ingênua de desconforto diante de uma obra historicamente distante de nossa realidade, o presente texto pretende incitar à reflexão. Acreditamos, portanto, ser bastante relevante compartilhar essa experiência e seus desdobramentos teóricos, pois isso pode ajudar outros tradutores a pensar questões relacionadas à ética na tradução e, acima de tudo, ilustrar o processo de uma tradução refletida e crítica.

2. Concepção e projeto de tradução

Entendemos a tradução como um processo dinâmico que envolve não apenas as línguas e as culturas em questão, mas fatores como a subjetividade do tradutor, a situação espaço-temporal e aspectos relativos à recepção da tradução, dentre outros (RABADÁN, 1991). Nossa concepção de tradução, portanto, vai de encontro a uma visão estática de tradução, que a considera como um processo de decodificação de um texto na língua de partida e sua reformulação na língua de chegada, pressupondo a existência de equivalências e soluções tradutórias pré-estabelecidas. Em nosso entendimento, trata-se de uma atividade interpretativa que permite variadas leituras e, portanto, soluções tradutórias diversas. Nesse sentido, compartilhamos a visão de Aubert (1993) sobre as diferentes possibilidades de leitura:

O ato tradutório toma como ponto de partida uma mensagem efetiva, isto é, a mensagem derivada do texto original tal como decodificada pelo receptor-tradutor, e a transforma em nova mensagem pretendida (não idêntica à mensagem efetiva). Tal segunda mensagem pretendida será submetida às mesmas vicissitudes da mensagem pretendida original, passando por nova expressão linguística, num código e em função de um referente com



potencialidades e restrições diversas daquelas que presidiram à geração do texto original, redundando em nova mensagem virtual, que, por sua vez, será apreendida como um conjunto de novas mensagens efetivas (uma por cada ato de recepção/leitura). Tais circunstâncias, relativamente bem conhecidas, e, quiçá, óbvias, colocam em questionamento o compromisso, comumente tido por auto-evidente, de fidelidade por parte do tradutor. Tal fidelidade, afinal, reporta-se a quê? Parece evidente que não se pode exigir uma fidelidade àquilo que é por definição inacessível: no caso em pauta, a mensagem pretendida do emissor original. Mesmo a mensagem virtual não é diretamente acessível, mas apenas pela intermediação parcial do processo de decodificação. Assim, a matriz primária da fidelidade há de ser, por imposição dos fatos, a mensagem efetiva que o tradutor aprendeu enquanto um entre vários receptores do texto original, experiência individual e única, não-reproduzível por inteiro nem mesmo pelo próprio receptor-tradutor, em outro momento ou sob outras condições de recepção.

Foi justamente esse entendimento de tradução que nos permitiu nos questionarmos em relação à decisão que tomaríamos frente ao embate que apresentaremos.

É importante, assim, que o tradutor atente não só para elementos como o gênero textual, o estilo do autor, os recursos literários e o registro de linguagem empregados, mas também para fatores extratextuais referentes à tradução, como o público-alvo, o meio de publicação e o propósito. Destacamos aqui o público-alvo e a finalidade do texto de chegada como fatores que auxiliam na orientação das soluções tradutórias e na busca por uma tradução adequada (REISS, 2009), pois se mostram particularmente interessantes para a discussão aqui apresentada.

No encargo de tradução, o público-alvo definido pela editora brasileira foi o adulto. É importante lembrar também que as publicações da editora em questão costumam ser de grande circulação, vendidas em diversos ambientes, desde livrarias até farmácias e bancas de revista, atraindo leitores de diferentes níveis de formação e de diferentes interesses.

No que se refere à finalidade, como já havíamos mencionado, atualmente não há tradução da obra disponível à venda, pois as traduções feitas anteriormente não foram mais reeditadas e dessa forma o romance não se encontra disponível para o leitor brasileiro. Nosso principal objetivo é, portanto, disponibilizar a obra para o público brasileiro, buscando reproduzir tanto quanto possível seu conteúdo.



3. Ética na tradução

Por uma questão de falta de espaço e tempo para aprofundamento teórico nos estudos filosóficos, optamos por desenvolver uma reflexão baseada em uma acepção mais geral de ética. Por outro lado, cabe dizer que em nosso trabalho mostraram-se indissociáveis as questões deontológicas das propriamente filosóficas. Segundo o dicionário Houaiss (2009), ética é o “conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade”. Ou seja, diz respeito àquilo que é aceitável ou não para um certo grupo, o que inevitavelmente varia entre épocas, locais, culturas, etc.:

[...] não seria de se esperar que o pensamento ético fosse imune ao tempo e aos contextos, por mais que haja uma pretensão universalista no próprio conceito, em sua versão de “investigação geral sobre aquilo que é bom”. O que temos, na verdade, é uma tensão dialética entre a pretensão universalista e os diversos contextos de aplicação que levam à criação, manutenção ou ao eventual abandono ou enfraquecimento dos diferentes sistemas éticos. Aquilo que em um certo momento contestava algo antes tido por “natural” pode tornar-se tão aceito, tão habitual, que passa então a ser uma espécie de “segunda natureza” do homem — que é como também Roberto Romano (2004, p. 41) define a ética [...]. (OLIVEIRA, 2015, p. 75)

No que se refere à ética do tradutor, Pym propõe que o tradutor seja visto como uma espécie de mediador intercultural, uma vez que seu trabalho se situa nas intersecções estabelecidas entre as culturas, e não em uma única cultura (PYM, 1997, p. 14), propiciando um diálogo entre diferentes épocas e culturas. O autor afirma que, enquanto mediador, o tradutor não é responsável pelo conteúdo da mensagem que transmite, mas é responsável pelo produto da tradução e pelos efeitos que esse conteúdo possa produzir no receptor. A responsabilidade é a chave de sua visão sobre a ética na tradução:

Seriam os tradutores de *The Satanic Verses* responsáveis pelo que traduzem? Nossa ética liberal — dentre as profissões chamadas de liberais — tem dificuldade de assumir qualquer responsabilidade: médicos não são responsáveis pelas doenças que diagnosticam, do mesmo modo como advogados não são responsáveis pelo crime de seus clientes. Tradutores não podem ser considerados responsáveis por um texto escrito anteriormente a seu trabalho, assim como Sperthias e Bulis não são responsáveis pelo assassinato dos arautos persas. Contudo, os tradutores de Rushdie certamente são responsáveis pelo que fazem com o texto que cai em suas mãos, assim como cada tradutor é



imensamente responsável pelo que faz com o material com que trabalha, começando pela própria decisão de traduzi-lo ou não. (PYM, 2012, p. 56, tradução nossa)

Tomando como ponto de partida a pergunta fundamental de Berman (*apud* PYM, 2012, p. 5) “como devo traduzir?” — que tradicionalmente aponta para duas posições: uma em favor da língua/cultura-fonte e outra em favor da língua/cultura-alvo —, Pym propõe que seja outra a pergunta-norteadora do processo tradutório: “por que traduzir?”. O autor responde a seu próprio questionamento dizendo que o tradutor deve traduzir para promover a cooperação. Ele afirma que os esforços do tradutor para traduzir um texto não devem ser maiores do que os ganhos que a tradução pode produzir em termos de compartilhamento de conhecimento, negociação, diálogo e envolvimento (PYM, 2012, p. 134).

Desse modo, para Pym, o trabalho do tradutor consiste em promover uma cooperação transcultural, em um quadro em que a ética do tradutor está fortemente relacionada à responsabilidade sobre sua tradução e com os participantes envolvidos (clientes, autores, intermediários e leitores).

Nesse sentido, acreditamos ser pertinente para complementar essa discussão recuperar o conceito de lealdade de Nord, segundo o qual “os tradutores devem lealdade aos participantes da ação [cliente, público da cultura de chegada, autor(a) do TP]” (2011, p. 14). Isto é, justamente por ser um mediador e por ser o único com acesso ao texto de partida, naquele contexto comunicativo, o tradutor tem a responsabilidade de levar em conta as expectativas do leitor e da editora ao tomar suas decisões. É claro que isso não pode ser pensado de maneira absoluta, dada a impossibilidade de prever as expectativas de todos os leitores, mas deve-se pesar o que, em geral, espera-se de uma tradução. Caso o tradutor não cumpra com o mínimo esperado, cabe a ele advertir o leitor, por meio de notas de rodapé ou de um prefácio, por exemplo.

3.1 Embate ético

Na leitura da obra, encontramos uma paisagem exótica, negros escravizados contentes em servir, indígenas selvagens, mulheres silenciadas e a Europa representada como o centro da ciência e da sabedoria, responsável por trazer a civilização aos bárbaros.



Essa leitura feita à luz da atualidade gerou uma problemática envolvendo a maneira como essas questões apareceriam em nossa tradução.

Localizamos no livro passagens que identificamos como sendo, em linhas gerais, machistas, racistas e eurocêntricas. Transcrevemos aqui alguns desses trechos para melhor ilustrar nosso argumento. Apresentamos o texto de partida (TP) em francês, seguido da tradução que propusemos para o português brasileiro².

3.2 Passagens racistas

Tabela 1 — Passagens de *La Jangada* consideradas racistas

Texto de partida	Tradução
<p>Aux Indiens, Joam Garral avait réservé de véritables carbets, sortes de cahutes sans parois, dont le toit de feuillage était supporté par de légers baliveaux. L'air circulait librement à travers ces constructions ouvertes et balançait les hamacs suspendus à l'intérieur. Là, ces indigènes, parmi lesquels on comptait trois ou quatre familles au complet avec femmes et enfants, seraient logés comme ils le sont à terre.</p> <p>Les Noirs, eux, avaient retrouvé sur le train flottant leurs ajoupas habituels. Ils différaient des carbets en ce qu'ils étaient hermétiquement fermés sur leurs quatre faces, dont une seule donnait accès à l'intérieur de la case. Les Indiens, accoutumés à vivre au grand air, en pleine liberté, n'auraient pu s'habituer à cette sorte d'emprisonnement de l'ajoupa, qui convenait mieux à la vie des Noirs. (VERNE, 2005, p. 135-136)</p>	<p>Para os índios João Garral tinha reservado verdadeiras cabanas, uma espécie de barraca sem paredes, cujo teto de folhagens era sustentado por delicados espeques. O ar circulava livremente pelas construções abertas e balançava as redes penduradas no interior. Os indígenas, entre os quais havia três ou quatro famílias inteiras, com mulheres e crianças, teriam lá as mesmas acomodações que tinham em terra firme.</p> <p>Os negros, por sua vez, encontrariam na jangada suas choupanas habituais. Elas eram diferentes das cabanas, por serem hermeticamente fechadas nos quatro lados, sendo que só um deles dava acesso ao interior. Os índios, acostumados a viver ao ar livre, com toda liberdade, não conseguiriam se acostumar com esse confinamento da choupana, que convinha melhor à vida dos negros.</p>
<p>Yaquita et les siens furent reçus par le commandant du fort, un pauvre diable, qui connaissait cependant les lois de l'hospitalité, et leur offrit de déjeuner dans son habitation. Çà et là allaient et venaient les quelques soldats du poste, tandis que, sur le seuil de la caserne, apparaissaient, avec leurs femmes, qui sont de sang ticuna, quelques enfants, assez médiocres produits de ce mélange de race. (<i>ibid.</i>,</p>	<p>Yaquita e sua família foram recebidos pelo comandante do forte, um pobre-diabo que estava, contudo, familiarizado com as regras de hospitalidade e ofereceu-lhes um almoço em sua casa. Os poucos soldados do posto entravam e saíam, enquanto iam aparecendo na entrada do quartel suas mulheres, de sangue ticuna, junto com algumas crianças, frutos bem medíocres dessa</p>

² A tradução apresentada neste artigo pode apresentar discrepâncias em relação à obra publicada, uma vez que essa ainda se encontra em processo de editoração.



p. 181)	mistura de raças.
Et les voilà tous les quatre, suivis du Noir. (<i>ibid.</i> , p. 104)	E lá foram os quatro [membros da família Garral] e o negro.

Percebe-se nessas passagens que a escravidão e a violência contra os escravizados são tratadas com naturalidade, assim como a miscigenação própria do Brasil é vista como produtora de mediocridade. Na última passagem, por exemplo, o autor separa o negro dos outros personagens brancos, o que nos faz nos questionarmos por que ele não diz “e lá foram os cinco”. Além disso, os indígenas e negros com raras exceções têm nome próprio na narrativa, têm falas ou exercem um papel de destaque para o enredo, servindo apenas de pano de fundo para dar a “cor local” à história, percepção compartilhada por Riaudel (1992). São personagens tratados em francês por *tu*, pronome que, em oposição ao *vous*, denota informalidade e, no caso desta obra, desrespeito e superioridade daqueles que o empregam. Uma das personagens, Lina, também é denominada *mulâtresse* (“mulata”), adjetivo condenado hoje em dia, pois acredita-se que, em sua origem, faça referência à “mula”, animal fruto de cruzamento entre espécies. Além de Lina, há a velha Cybèle que, “apesar de ter sido libertada pelo patrão, permanecia escrava pela afeição que sentia por ele e pela família. Cibele era da família.”³, visão que espelha a atual relação de famílias brancas para com empregadas domésticas.

E, por fim, no desfecho da história, quando Joan e sua família retornam de Belém para Iquitos, o narrador não relata o que ocorre com todos os escravizados que foram levados do Peru para o Brasil. É quase como se ele esquecesse esses personagens e, assim, o leitor fica sem saber o que aconteceu com todos eles, o que reforça a sensação de servirem apenas de pano de fundo para ambientar uma história na Amazônia.

É importante apontar, por outro lado, que o narrador por vezes expressa ideias progressistas e se manifesta em favor dos direitos humanos, como na passagem seguinte:

A instituição dos capitães do mato data de 1722. Naquela época, as ideias antiescravagistas existiam apenas na mente de alguns filantropos. Ainda se

³ No texto de partida: “[...] libre par la volonté de son maître, esclave par son affection pour lui et les siens, et qui avait été la nourrice de Yaquita. Elle était de la famille.” (VERNE, 2005, p. 64).



passaria mais de um século até que os povos civilizados as incorporassem e aplicassem. Embora o primeiro direito natural do homem seja a liberdade, milhares de anos transcorreram até que algumas nações ousassem proclamar esse generoso pensamento. Em 1852, ano em que se desenrolará esta história, ainda havia escravos no Brasil e, conseqüentemente, capitães do mato para capturá-los. Certos motivos de ordem política e econômica tinham retardado o momento da abolição da escravatura, mas os negros já tinham o direito de comprar sua alforria e os filhos de escravos já nasciam livres. Portanto, faltava pouco para que esse magnífico país, em que caberiam três quartos da Europa, não tivesse mais nenhum escravo dentre seus dez milhões de habitantes.⁴

Essas manifestações refletem as concepções abolicionistas do próprio autor (RIAUDEL, 1992, p. 70), que, embora não tivesse posições como as de muitos intelectuais de sua época que buscavam relacionar problemas sociais aos grupos étnicos dos negros e indígenas ou à miscigenação, não excluiu expressões do racismo em *La Jangada*.

3.3 Passagem machista

Tabela 2 — Passagem de *La Jangada* considerada machista

Texto de partida	Tradução
— Oui, ma chère fille, répondit le padre Passanha, et je t'absous de ton sentiment de fierté ! D'ailleurs, je ne me permettrais pas de te gronder devant Manoel.	— Claro que sim, minha querida menina — respondeu o Padre Peçanha —, e eu a absolve de seu orgulho! Além disso, seria incapaz de repreendê-la na frente de Manoel.
— Mais si, au contraire ! répondit gaiement la jeune fille. Il faut apprendre à Manoel à me gronder quand je le mérite ! Il est beaucoup trop indulgent pour ma petite personne, qui a bien ses défauts. (VERNE, 2005, p. 149)	— Bem pelo contrário! — respondeu alegremente a moça. — Manoel tem que aprender a me repreender quando mereço! Ele é tolerante demais com a minha humilde pessoa, que tem tantos defeitos.

⁴ No texto de partida: “C’est une institution qui date de 1722. À cette époque, les idées anti-esclavagistes ne s’étaient fait jour que dans l’esprit de quelques philanthropes. Plus d’un siècle devait se passer encore avant que les peuples civilisés les eussent admises et appliquées. Il semble, cependant, que ce soit un droit, le premier des droits naturels pour l’homme, que celui d’être libre, de s’appartenir, et, pourtant, des milliers d’années s’étaient écoulées avant que la généreuse pensée vînt à quelques nations d’oser le proclamer. En 1852, – année dans laquelle va se dérouler cette histoire, – il y avait encore des esclaves au Brésil, et, conséquemment, des capitaines des bois pour leur donner la chasse. Certaines raisons d’économie politique avaient retardé l’heure de l’émancipation générale ; mais, déjà, le noir avait le droit de se racheter, déjà les enfants qui naissaient de lui naissaient libres. Le jour n’était donc plus éloigné où ce magnifique pays, dans lequel tiendraient les trois quarts de l’Europe, ne compterait plus un seul esclave parmi ses dix millions d’habitants.” (VERNE, 2005, p. 26)



Pensamos ser importante ressaltar aqui que, se por um lado alguns críticos alegam que Verne exclui as mulheres de suas narrativas, outros, como Dekiss e Serres (2007, p. 43), argumentam que a mulher é quase sempre a heroína principal das *Viagens extraordinárias*, mostrando exemplos de personagens femininas e sua importância para o motor da narrativa. Em *La Jangada*, observamos de fato que as personagens Minha e Lina, embora não desviem radicalmente do desempenho de seus papéis de gênero, têm destaque e ações importantes — Lina inclusive é responsável pelo resgate de um dos personagens essenciais para a narrativa.

No trecho acima, porém, observamos Minha pedindo alegremente para seu noivo repreendê-la, trazendo a ideia de que o marido deve repreender a esposa por um comportamento considerado inadequado e de que ela deve ser subserviente, pois esse é seu papel social. Embora saibamos que a igualdade de gênero ainda figure em um horizonte distante, essa passagem se choca com os discursos contemporâneos que circundam esse conceito e com todos os esforços da militância do movimento feminista.

3.4 Passagem eurocêntrica

Tabela 3 — Passagem de *La Jangada* considerada eurocêntrica

Texto de partida	Tradução
Enfin, malgré les marées qui, depuis Obidos, commençaient à se faire sentir et retardaient quelque peu la dérive de la jangada, la bourgade de Monte-Alegre fut dépassée, puis celle de Praynha de Outeiro, puis l'embouchure du Xingu, fréquentée par ces Indiens Yurumas, dont la principale industrie consiste à préparer les têtes de leurs ennemis pour les cabinets d'histoire naturelle. (VERNE, 2005, p. 485)	Finalmente, apesar das marés que, desde Óbidos, já eram sentidas e atrasavam um pouco a flutuação da jangada, ultrapassaram o vilarejo de Monte Alegre, depois a Prainha de Outeiro e por fim a embocadura do rio Xingu, povoada pelos índios Jurunas, cuja principal atividade consiste em preparar as cabeças dos inimigos para os museus de história natural.

Neste trecho, percebemos um esvaziamento da cultura do povo juruna quando se dá a entender que suas tradições servem apenas para ornamentar os museus de história natural europeus.



Esse é um debate atual, presente, por exemplo, na criação controversa do Musée du Quai Branly em 2006, museu das artes e civilizações da África, da Ásia, da Oceania e das Américas, localizado no coração de Paris. Chamado pela historiadora Françoise Choay de “Disneyland do exotismo” (2006), suas exposições acabam colaborando para a exotização de outros povos e reforçando o mito do bom selvagem. Evocamos ainda os *Kriegsschatz* (tesouros de guerra) do artista Sarkis (LARK, 2016), coleções de objetos de diferentes civilizações deslocados de seus contextos pela pilhagem colonial e reintroduzidos em museus europeus.

4. Reflexões

Incomodadas com essas questões, perguntamo-nos como deveríamos traduzir essas passagens que entendíamos como sendo preconceituosas. Pensamos que essa questão, em um primeiro momento, poderia apresentar pelo menos três soluções: omitir os trechos ou buscar suavizá-los de alguma forma, por exemplo, utilizando expressões neutras no lugar das expressões marcadamente entendidas como preconceituosas hoje em dia; subverter o texto, adaptando-o à nossa realidade atual; buscar reproduzir o discurso considerado preconceituoso, visando um tom semelhante ao do texto de partida.

Os questionamentos levantados por Paulo Oliveira ilustram bem o conflito que estávamos enfrentando:

Devo, por exemplo, aceitar e traduzir de modo “fiel” (aqui: acrítico) textos que veiculem valores contrários aos de minha própria cultura/convicção? Ou, na perspectiva oposta: com que direito posso fazer alterações deliberadas nesses textos, para que sejam compatíveis com meus próprios valores? Em suma, qual é o limite do princípio da tolerância, da aceitação do Outro? (OLIVEIRA, 2015, p. 79)

Discutiremos essas questões a partir das três diferentes possibilidades elencadas por nós, argumentando por que as consideramos adequadas ou inadequadas para resolver o embate.

4.1 Omissão ou “suavização”

Braun (2016) apresenta um estudo comparativo de traduções da obra *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare, no que diz respeito à polissemia representada pelos jogos de linguagem de duplo sentido com conotação obscena. A autora compara diferentes soluções oferecidas pelos tradutores, evidenciando que a tradução dos jogos de linguagem requer um tratamento cuidadoso no que diz respeito à reprodução de sua função comunicativa da comicidade através da exploração do tema da sexualidade.

Ela cita Kiernan, autora de *Filthy Shakespeare: Shakespeare's Most Outrageous Sexual Puns*, segundo o qual as tentativas de “higienização” da obra shakespeariana através da omissão de passagens obscenas, como a de Thomas Bowdler, ocorridas entre os séculos XVII e início do XX, acarretaram um “desserviço” (BRAUN, 2016, p. 75 *apud* KIERNAN, 2008, p. 27) à obra do autor. Nesse contexto, o leitor se viu privado de um aspecto significativo de sua obra ou, eventualmente, do seu próprio direito de escandalizar-se. Braun, através das leituras de Macrone, avalia que a linguagem obscena de Shakespeare sofreu tentativas de “sofisticação” ao longo do tempo, o que teria nos “protegido de ofensas/ultrajes” e “evidenciado a noção ingênua de que o Bardo fosse uma espécie de profeta da virtude” (BRAUN, 2016, p. 75 *apud* MACRONE, 1998, p. 7). Isso quer dizer que essa “higienização” implicou a perda de um entendimento maior do significado de sua obra no que se refere aos valores, preceitos, interpretações de fatos políticos, históricos revelados através dos jogos de linguagem obscenos (BRAUN, 2016, p. 45).

Nosso intuito, com esse exemplo, é chamar a atenção — ainda que de forma indireta — para as consequências da mudança de efeito provocada pela omissão de trechos considerados indecentes. No caso de Shakespeare, houve um dano muito grande não só em termos de acesso a questões estilísticas e comunicativas de sua obra, mas também a criação de uma falsa imagem do autor, de sua época e de seu contexto histórico-cultural.

Retomando o conceito de *interculturalidade* proposto por Pym, na tradução de *La Jangada*, cabia a nós mediar esse espaço intercultural que se dá entre Júlio Verne — autor francês do século XIX, que escrevia sobre a América para um público jovem francês, certamente encantado com o Novo Mundo em uma época em que o Império Colonial

francês se expandia pela África, Ásia e Oceania — e o leitor adulto brasileiro do século XXI, nascido no país em que se passa a história narrada por Verne.

Se optássemos pela omissão ou suavização dos trechos considerados preconceituosos, estaríamos não só privando o público de ter sua própria experiência de leitura e crítica da obra, como estaríamos promovendo uma espécie de “higienização”. Essa ação talvez levasse o leitor a uma visão muito diferente de Verne e do pensamento de seu tempo, visão essa que seria bastante distinta daquela que se tem hoje ao ler o livro em francês, como buscamos ilustrar com a pesquisa de Braun.

A capacidade de contextualização e de interpretação do público também não deve ser subestimada, uma vez que se trata de leitores adultos. Nesse sentido, apagar as marcas de um pensamento hoje considerado antiético seria supor ingenuamente que a ética é imune ao contexto histórico-temporal e que os sistemas éticos são universais e não sofrem alterações. Por outro lado, podemos pensar que algum tipo de reformulação nesse sentido seria mais pertinente caso estivéssemos traduzindo com outro objetivo ou para outro público, como o público infantil. Nesse caso, dependendo das intenções da editora, a tradução poderia ter outro foco, como, por exemplo, evidenciar questões ambientais e educativas, sendo adaptada aos valores éticos atuais.

4.2 Subversão

Para tratar essa possibilidade, em vez de nos guiarmos por uma concepção de fidelidade na tradução, recuperamos o conceito de *lealdade* de Nord aqui exposto anteriormente, segundo o qual o tradutor deve levar em conta as expectativas do leitor do texto de chegada. Conforme já abordado por Marcelle Castro (2007, p. 14-15), sabemos que o mercado editorial e o público leitor têm como ideia de tradução a representação o mais próxima possível do texto de partida.

Em sua dissertação de mestrado, Castro (2007) traz exemplos que permitem ilustrar melhor a questão da lealdade na tradução. Ela investiga práticas tradutórias identificadas com agendas políticas próprias, dentre elas a de escritoras e tradutoras feministas como Suzanne Jill Levine — tradutora norte-americana de escritores marginais como Manuel Puig, Severo Sardui e Reinaldo Arenas, cujas estratégias incluem o uso de aliterações e jogos de palavras inexistentes no texto de partida — e Susanne de



Lotbinière-Harwood — premiada tradutora quebequense que, a partir de um certo período, se recusa a traduzir obras literárias escritas por homens e altera as formas neutras ou “genéricas” para o feminino, em oposição à presença dominante do masculino.

Castro chama a atenção para o fato de que, para essas tradutoras, a tradução funciona como um instrumento de luta político-ideológica e de que elas utilizam estratégias que transformam e manipulam o texto original e se afastam do que o público geral considera como tradução ou como tradução “fiel”. Segundo a autora (2007, p. 65):

Assim, na perspectiva feminista, traduzir de forma ética supõe o combate ao conceito de fidelidade e a manipulação da linguagem dessa forma radicalmente intervencionista, pois assim estariam contribuindo para o reconhecimento do papel da mulher na sociedade e para a igualdade dos direitos entre os sexos. A infidelidade por elas proclamada e realizada diz respeito ao desejo de subverter a ordem masculina, falocêntrica e as teorias logocêntricas sobre a linguagem.

Trazemos esses exemplos para chamar a atenção para a questão do projeto de tradução. Diferentemente do projeto político autodeclarado por Levine e Lotbinière-Harwood, nosso projeto de tradução tinha como objetivo principal traduzir a obra de modo que a tradução funcionasse de modo semelhante a *La Jangada* de Júlio Verne, uma vez que buscávamos dar acesso a seu conteúdo.

Retomando, portanto, a discussão acerca da lealdade, a editora e o público-alvo esperam ler um romance escrito por Júlio Verne ambientado na Floresta Amazônica e conhecer a visão e o imaginário do autor sobre a América do Sul, considerando ainda que a obra até agora se encontrava praticamente indisponível para o leitor brasileiro. Se optássemos por subverter esses trechos, estaríamos nos afastando da finalidade a que tínhamos nos proposto inicialmente e nos voltando para objetivos políticos ou ideológicos. Seria preciso então um projeto diferente, o que alteraria completamente a tradução. Ao mesmo tempo, se optássemos por subverter sem informar os leitores de que se trata de uma tradução em que foram realizadas intervenções de cunho político, estaríamos rompendo o pacto de lealdade com o leitor, que espera que a tradução funcione de outra forma; portanto, não estaríamos agindo de forma ética enquanto tradutoras.

Como vimos, para as tradutoras estudadas por Castro, subverter a obra através da tradução e chamar a atenção para a questão da igualdade de gênero era a sua forma ética

de traduzir. No entanto, em nossa tradução, não seria ético recorrer a algum tipo subversão sem informar sobre nossa ação, pois isso o levaria a inferir que Verne, um autor do século XIX, tivesse um entendimento de igualdade racial e de gênero e uma visão sobre o colonialismo compatíveis com o que se espera do nosso tempo.

4.3 Reprodução do discurso

Para começar a discutir essa opção, podemos responder à questão norteadora de Pym “por que traduzi-lo?”: porque consideramos a obra relevante e de interesse para muitos leitores brasileiros, cujo acesso ao texto é limitado devido a sua escassez no mercado editorial. Tendo isso em mente, consideramos que os ganhos dessa cooperação em termos de acesso ao conhecimento e diálogo são grandes e, justamente por isso, decidimos pela tradução. Pym (1997) afirma que “no final das contas, se sabemos *por que* traduzimos, podemos inferir *como* traduzir e até mesmo *o que* traduzir em cada situação”.

A tradução vem a ter uma função diferente do que a publicação do livro por Júlio Verne no século XIX. Enquanto na França o livro era em grande parte lido por jovens, tendo função educativa, parece-nos que hoje a tradução seria lida no Brasil majoritariamente por adultos que cresceram lendo Júlio Verne em sua juventude e esperam conhecer uma história de aventura ambientada em seu país. Considerando a abrangência do público da editora, provavelmente será lido também por estudiosos do Brasil, curiosos em saber como o autor representava o Brasil na época. Segundo Remus de Paula (2016, p. 26): “As obras de ficção científica de Júlio Verne (1828-1905) servem, atualmente, como documentos culturais que permitem problematizar as noções de ciência e de modernidade típicas dos séculos XIX e XX no Ocidente.”

Assim, chegamos à conclusão de que o mais adequado para o nosso projeto de tradução e para o nosso público-alvo seria recriar o discurso buscando uma aproximação com o que é apresentado em *La Jangada*. E, para contornar o embate que se colocou durante o processo de tradução, oferecemos à editora a possibilidade de redigirmos um prefácio ou um posfácio em que apresentássemos, dentre outras, as questões discutidas neste trabalho, contextualizando-as à época em que o livro foi escrito. Esse texto seria assinado com nosso nome e desse modo o leitor poderia diferenciar a voz, o posicionamento e a época do autor em relação aos das tradutoras.

Considerações finais

Assim, levando em conta as diferentes possibilidades que vislumbramos para a tradução desses trechos, optamos finalmente por reproduzir o discurso tal como ele é apresentado por Júlio Verne. Embora, à primeira vista, essa possa parecer uma decisão óbvia ou mesmo irrefletida, quisemos neste artigo apresentar todo o caminho de reflexões e debates que percorremos até chegarmos nessa escolha.

Optamos por essa decisão para a tradução de *La Jangada* ao retomar a função mediadora do tradutor, que, nesta situação comunicativa, é o agente que pode ler a obra original. É aí que o tradutor deve atentar para o pacto de lealdade com o leitor — que desconhece a língua e sem ele não é capaz de acessar a obra — e respeitar o que se propôs a fazer na tradução. Acreditamos também que essa mediação se faz especialmente importante em situações em que há confrontos de valores e épocas. O tradutor, em suas soluções tradutórias, deve responsabilizar-se aos agentes envolvidos no processo.

A ética não é universal, imutável e atemporal, e sim uma construção histórico-social. A interpretação de um texto (e da realidade) será diferente para cada leitor, em diferentes lugares e épocas, conforme observamos, por exemplo, nas divergências das leituras de *La Jangada* por Serres (2007) e Riaudel (1992). Verne pode ser visto enquanto conservador ou progressista, enquanto ambos ou nenhum dos dois. Júlio Verne é fruto de seu tempo, e as leituras e interpretações de seus textos também o serão. Não cabe ao tradutor proteger o leitor adulto de expressões do preconceito, e sim fazer com que a obra chegue a ele para que possa interpretá-la através de sua própria leitura.

Mas, afinal, deve-se traduzir o preconceito? Acreditamos que depende. Traduzir eticamente, no fim das contas, depende muito da finalidade da tradução. Como diz Pym (1997), “no final das contas, se sabemos *por que* traduzimos, podemos inferir *como* traduzir e até mesmo *o que* traduzir em cada situação”. Como nosso objetivo foi, dentre outros, dar acesso ao leitor à visão de Verne sobre o Novo Mundo, a tradução dos trechos que consideramos preconceituosos foi a solução que consideramos mais responsável neste caso. Esperamos, finalmente, ter contribuído para uma reflexão sobre a desautomatização da tradução enquanto processo intelectual.



REFERÊNCIAS

BRAUN, A. K. B. *O tratamento da polissemia em traduções da obra Romeu e Julieta de William Shakespeare*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140319/000991103.pdf?sequence=1>>. (14/06/18).

CASTRO, M. de S. *Tradução, ética e subversão: desafios práticos e teóricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=10747@1>. (18/04/2018).

CHOAY, F. Branly: un nouveau Luna Park était-il nécessaire ? In: *Revue Urbanisme*, n. 350, New York, sept-oct 2006. Disponível em: <https://www.urbanisme.fr/new-york/magazine-350/AGORA>. (17/04/2018).

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEÃO, A. B. Vamos ao Brasil com Jules Verne? Processos editoriais e civilização nas Voyages Extraordinaires. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 27, n.3, Brasília, 2012, pp. 494-517. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/17932/12794>>. (18/04/2018).

LARK, J. S. Sarkis Zabunyan Biography. In: *Widewalls*. Disponível em: <<https://www.widewalls.ch/artist/sarkis/>>. (05/05/2018).

NORD, C. Lealdade em vez de fidelidade: proposta de uma tipologia funcional da tradução. In: *Cadernos de tradução*. Tradução na teoria e na prática: diferentes perspectivas, Número Especial, Porto Alegre, Instituto de Letras UFRGS, 2016, pp. 9-24.

OLIVEIRA, P. Tradução e ética. In: AMORIM, L. M.; RODRIGUES, CC.; STUPIELLO, E. **Tradução & perspectivas teóricas e práticas**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 71-97. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/6vkk8/pdf/amorim-9788568334614-05.pdf>>. (18/04/2018).

PAULA, C. R. de. Uma alternativa ao sujeito brasileiro do século XIX: representações de “A Jangada” de Júlio Verne. *Revista de Ciências Humanas*, v. 50, n. 1, Florianópolis, jan/jun 2016, pp. 26-39. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2178-4582.2016v50n1p26>>. (18/01/2018).

PYM, A. **Pour une éthique du traducteur**. Arras: Artois Presse Université, 1997.



_____. **On Translator Ethics: principles for mediation between cultures.** Amsterdam/Philadelphia: Benjamins Translation Library, 2012.

RABADÁN, R. **Equivalencia y traducción: problemáticas de la equivalencia translébrica inglés-español.** León: Universidad, Secretariado de Publicaciones, 1991.

RIAUDEL, M. O rio palimpsesto: o Amazonas de Júlio Verne, das fontes à ficção. *Revista USP*, n. 13, São Paulo, 1992, pp. 66-74. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25599>> . (18/04/2018).

SERRES, M. Júlio Verne: a ciência e o homem contemporâneo. In: **Michel Serres: diálogos com Jean-Paul Dekiss.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

VERNE, J. **La Jangada : huit cents lieues sur l'Amazone.** Dijon-Quetigny: Groupe Privat/Le Rocher, 2005.

Biografia das autoras

Elisa Fernandes Rodrigues é mestranda em Literaturas Francesa e Francófonas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bacharela em Letras Português-Francês pela UFRGS.

Julia dos Santos Ferverza é mestranda em Lettres: Littératures française, générale et comparée na Université de Strasbourg (UNISTRA) e bacharela em Letras Português-Francês pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Patrícia Chittoni Ramos Reuillard é professora do Departamento de Línguas Modernas e do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem doutorado-sanduiche pela Université de Paris III – Sorbonne Nouvelle, doutorado em Letras pela UFRGS e mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É tradutora de língua francesa e vice-líder do grupo de pesquisa do CNPq TERMISUL.